



# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



## **VIDAS NEGRAS IMPORTAM? DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO CURRÍCULO PAULISTA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

**Priscila Lourenço Soares Santos**  
[priscilalourenco@prof.educacao.sp.gov.br](mailto:priscilalourenco@prof.educacao.sp.gov.br)  
Universidade Santo Amaro – PPGICH/UNISA

Este trabalho foi elaborado para ser apresentado para o VII Congresso Étnico-racial e XIV Seminário de educação para as relações Étnico-raciais e ações afirmativas, é fruto do desconforto que sinto, há muitos anos, sobre somente o ensino de História eurocêntrica nas escolas de educação básica brasileiras, ainda foi estimulada por cada caso de racismo que testemunhei. Sou formada em História e Pedagogia em uma época que na graduação não existia, estudo da História da África ou dos afrodescendentes, além dos conceitos de uma educação decolonial e antirracista, isso me estimulou a realizar em minha vida acadêmica, cada vez mais estudos sobre estas temáticas, assim como professora de História desenvolver um currículo antirracista para os estudantes.

Ainda foi provocada pela ideia criada pelas políticas públicas da educação no Brasil, que realiza ampla divulgação de instrumentos normativos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) e Currículo Paulista (CP) (2019) de História, com o discurso que os documentos vêm garantir a qualidade da educação com os princípios de uma formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Desta forma, pesquisar e analisar, para entender se objetivo está sendo promovido realmente, reiterando assim que o debate sobre qualidade e o associa ao combate às desigualdades educacionais e à promoção da equidade racial nas escolas, está sendo construída no currículo por meio das habilidades e competências presentes no currículo de História.

Considerando que os documentos citados, tem que conter educação étnico racial e decolonial e uma educação antirracista, pois a partir de 2003, foi assinada a Lei n.º 10.639/03, que traduziu de forma geral os dispositivos da Constituição Federal de 1988, definindo a educação como um direito social, esta definição constitucional está refletida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei n.º 9.394/96, aonde estabelece os



# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL

## XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



princípios da educação e os deveres do Estado enquanto provedor da educação escolar pública, definindo suas responsabilidades em colaboração com a União, o Distrito Federal e os municípios. Incluiu em seu texto a regulamentação da obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira na educação básica.

Simbolicamente, a lei é um ponto de chegada das lutas Antirracistas no Brasil, dos movimentos negros e um ponto de partida para a renovação da qualidade educacional. Assim, todos os documentos elaborados posteriormente a lei devem conter este olhar em seus conteúdos e em relação ao ensino da História e cultura afro-brasileira para construção de uma Educação Antirracista nas escolas.

A visão está se expandindo nos últimos anos em relação a uma educação antirracista nas escolas, tornando o debate cada vez mais vinculado à necessidade de desenvolver políticas públicas para enfrentar o racismo nos ambientes escolares. Desta forma, pensar no que estamos ensinando nas escolas e de extrema importância a manutenção de visões referentes aos discursos ideológicos e estereótipos sobre os negros na História não é mais possível para quem quer desenvolver uma educação igualdade com o foco na formação da identidade dos estudantes para formação cidadã.

Assim, para compreender o que é uma educação antirracista devemos compreender que ela deve combater ativamente toda e qualquer manifestação de racismo e preconceito nas unidades escolares, com um currículo que reconheça e valorize os africanos e afro-brasileiros do passado e presente, além de desenvolver em todas as áreas do conhecimento esta educação.

Desta forma, problematizar a maneira que a linguagem, se apresenta para os estudantes e professores da educação básica em História, estabelecer uma análise do discurso presente na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental de História (2018) e Currículo Paulista do ensino fundamental de História (2019), investigando se a Educação para as Relações Étnico Raciais está promovida nos documentos oficiais? Qual é esta política de Relações Étnico Raciais que está presente nos documentos para educação básica? Eles têm uma visão para uma Educação antirracista? Como se apresenta as estratégias de refiguração e de fixação de narrativa sobre o negro na história para a educação básica? Qual é o discurso presente nas habilidades propostas do currículo?

Atualmente, a pesquisa se encontra na fase de leitura dos documentos e da bibliografia selecionada para construção da dissertação e na escrita do primeiro capítulo



# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL

## XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



proposto. Este primeiro capítulo, possui uma discussão sobre a racismo e antirracismo e decolonialidade no Brasil, este estudo está dividido em três subcapítulos, a primeira é dedicada às raízes históricas no Brasil do racismo chamado “racismo à brasileira”, apresentado o histórico do sistema escravista no Brasil, o racismo científico, mito da igualdade racial e o pacto da branquitude, assim à luz das inflexões do próprio racismo enquanto construção sócio-histórica, a segundo subcapítulos têm o enfoque na constituição do Antirracismo como uma luta de resistência e a debate sobre os conceitos da decolonialidade presente no Brasil, e a terceira enfoca a combinação dessas duas condições no contexto educacional brasileiro com o foco principalmente da educação paulista.

Para fundamentar os argumentos e realizar as discussões neste capítulo estou utilizando os seguintes autores: Almeida (2019), Cavalleiro (2001), Gomes e Melo (2018), Freitas (2012), Gonçalves (2016), Guimarães (1999), Macedo (2016), Gomes (2017), Moore (2007), Mbembe (2019), Guimarães (2008), Ribeiro (2019), Schwarcz (1993), Foucault (2005), Santos (2001), Catherine Walsh (2017), Santos (2005), Silva (2016) e Souza (2008).

Para o segundo capítulo, à intenção de apresentar e analisar os documentos oficiais do ministério da educação para a aplicação da política nacional de educação para as relações étnico-raciais criados após a homologação da Lei n.º 10.639/03, a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004), Plano Nacional de Implementação das DCNs da EREER (2013), o histórico de sua construção, estrutura e o conjunto de normas e procedimentos obrigatórios para a Educação Básica em relação a temática além da proposta pedagógicas.

Construir com a bibliografia e a análise dos documentos oficiais, qual é o discurso desejado nos para o ensino de história do negro no Brasil, como este, assim contribuindo para a análise como foco os estudantes e a elaboração dos currículos escolares para uma educação básica para as relações raciais no Brasil. Dessa maneira, estabeleceu relação comparativa entre os documentos e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) do ensino fundamental. Com base nos documentos apresentados, refletimos e analisamos, por meio da bibliografia e os estudos sobre BNCC, como se organizam os conhecimentos do componente de História, assim ofertando o discurso presente nos documentos. Como uma análise interdisciplinar, utilizando assim a análise do discurso a partir dos pressupostos teóricos de Michel Foucault e Eni Puccinelli Orlandi, em especial, no que se refere aos conceitos de



# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL

## XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



discurso, ideologia e estereótipos apresentados nos documentos analisados. Discutir e aprofundar, por meio de uma bibliografia, os conceitos de currículo colonial e currículo decolonial, além de um currículo antirracista, implica na realização de uma ruptura com os processos que contribuem com a produção de epistemicídios dos negros, muito mais abrangentes que o racismo no Brasil, o questionamento contínuo visa a constituição de um novo ensino de história na educação básica. Assim, mediante esta resistência ao silenciado à produtores de conhecimento, que as teorias presentes na Base Nacional Comum Curricular serão confrontadas por cosmovisões para elaboração deste documento.

No terceiro capítulo será apresentado em primeiro plano os debates mobilizaram a construção do Currículo Paulista de história do ensino fundamental em São Paulo, em segundo plano a história como objeto de conhecimento na educação básica, o debate sobre currículo como território em disputa, currículo decolonial e currículo antirracistas. Apresentar as semelhanças e as diferenças presentes da BNCC e CP comparando suas habilidades e competências, uma análise direta destas habilidades e competências, utilizando a análise do discurso no currículo de história do ensino fundamental.

Por meio da análise do discurso presente no Currículo Paulista de história, analisando os dados presentes nas habilidades de história do ensino fundamental, análise dos dados presentes com o foco na educação para as relações étnico raciais, além da Educação Antirracista, para formação dos estudantes e professores da educação básica.

Verificar em documentos oficiais da educação básica do ensino fundamental do estado de São Paulo, como ele se propõe a aprofundar reflexões acerca da História como objeto de ensino e sua relação com a produção de identidades sociais para uma educação antirracista e educação decolonial suas tensões, avanços e desafios para o ensino das escolas paulista.

Verificar a aplicabilidade da lei enquanto geradora de conhecimentos práticos no currículo oficial do estado São Paulo, tendo em vista que os conteúdos do componente curricular de História sobre a África e afro-brasileiros estão sendo contemplados nos documentos oficiais.

Como objeto de apresentar qual é esta política de relações étnico-raciais que está presente nos documentos para educação básica utilizados nas unidades escolares com os



# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL

## XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



estudantes. Verificar se esses documentos analisados têm uma visão para uma educação antirracista ou decolonial.

Utilização de fontes primárias, os documentos produzidos pelo Ministério da Educação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Currículo Paulista (CP) do ensino fundamental, outros documentos que estamos utilizando para nossa análise são as legislações e documentos em vigência para educação brasileira e a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004), Plano Nacional de Implementação das DCNs da EREER (2013).

Recorrendo à pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e comparativo dos documentos ou seja, quais relações se estabelecem entre eles, com uma abordagem exploratória e analítica, por intermédio do método Análise de Conteúdo a partir das categorias de análise: escravos, escravizados, escravidão, africano, negro, racismo e resistências a fim de interpretar as influências do discurso presente nos documentos, para formação dos estudantes da educação básica realizando, assim uma Análise do Discurso a partir dos pressupostos teóricos de Michel Foucault e Eni Puccinelli Orlandi, em especial, no que se referem aos conceitos de discurso, ideologia e estereótipos apresentados nos documentos analisados. A partir das análises, será possível apontar as lutas hegemônicas em torno de legitimar o conhecimento histórico escola de educação básica, assim apresentado as tensões, avanços e os desafios que a no ensino de História produz em espaços e discursos, para constatar a existência de diferenças, os retrocessos e avanços entre os documentos para uma educação antirracista.

Esta pesquisa discute a importância da prática de uma educação decolonial e antirracista na realidade social brasileira para a construção de um currículo para educação básica, como estes documentos estão atualmente elaborados para o ensino fundamental em São Paulo. Pretendendo responder as indagações propostas no projeto de pesquisa em relação a estes documentos e suas construções para os estudantes e professores, na elaboração do primeiro capítulo fica claro a questão racial no Brasil e a luta antirracista e decolonial propostas para a educação dos estudantes do ensino básico.

A presente pesquisa continua em construção, cujas contribuições esperamos que possam ser de suma significância para o combate de práticas racistas e a valorização do negro,





# VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL

## XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



além de contribuir para futuras pesquisas sobre o ensino na educação básica e a questão da história e cultura África e afro-brasileira. Assim, possibilitando aos pesquisadores nas questões curriculares um olhar antirracista e decolonial para os documentos oficiais.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandira, 2020.

BRASIL, Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/03. Brasil, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2005.

BRASIL, Lei 11.6945 de 10 de março de 2008. D.O.U de 11/03/08. Brasil, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil – Mito e realidade**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Ática. 1997.

DJAMILA, Ribeiro. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, O. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. In: Caderno Cedes. Campinas: UNICAMP, vol. 25, n. 67, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes nas relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal no 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005. p. 39-62.

LUNA, Luiz. **O Negro na luta contra a escravidão**. Leitura: Rio de Janeiro, 1968.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. Ática: São Paulo: 2008.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo, 2007, p. 10-15.

MUNANGA, K. Negritude. **Usos e Sentidos**. São Paulo: Ática, 1996.



VII CONGRESSO ÉTNICO-RACIAL  
XIV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS



MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania**, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018 p. 02-35.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Opção Decolonial e Antirracismo na Educação em Tempos Neofacistas**. Revista ABPN, Uberlândia, v. 12, n. 32, 2020. p. 11 – 29